© SPORTS MAGAZINES

SPORTS MAGAZINES - Scientific journals
SPORTSMAGAZINES.NET - NETWORK.
WEB: sportsmagazines.net

Relato de Caso - Prevenção de afogamentos infantis em Nova York: um plano de ação estadual [versão em português]

How to Cite / Vancouver
Pressley JC, McDonald MA. Prevenção de afogamentos infantis em Nova York: Um plano de ação estadual [versão em português]. Nadar! Swim Mag. 2026 Jul 8;6(169A):e169A-121. Republicado de: Inj Epidemiol. 2026 May 19;13(1):37.



Nota do Editor: *Imagem meramente ilustrativa. Fotografia aérea de Long Beach, NY. FONTE: Christopher Michel, CC BY 2.0, via Wikimedia Commons*

Joyce C Pressley [1,2,3] | *Marrick Anne McDonald* [4]

[1] *Mailman School of Public Health, Department of Epidemiology, NY, USA* - [2] *Mailman School of Public Health, Department of Health Policy and Management, NY, USA* - [3] *The Center for Injury Science and Prevention, Columbia University in the City of New York, USA* - [4] *New York State Temporary Commission to Prevent Childhood Drowning, Newport, NY USA*

Palavras-Chave: Afogamento Infantil, Prevenção De Afogamentos, Medidas De Prevenção De Afogamentos, Inundações, Ressaca Costeira, Normas De Segurança, Aulas De Natação, Habilidades Aquáticas, Competência Na Água

ark:/21207/NADAR.v6i169A.132

RESUMO

A Comissão Temporária para a Prevenção de Afogamentos Infantis (Comissão de Afogamentos do Estado de Nova York) foi instituída por lei pelo Governador do Estado de Nova York (NYS, na sigla em inglês) para enfrentar o problema de saúde pública representado pelos afogamentos infantis. Este artigo documenta a formação da referida Comissão e destaca as constatações e recomendações apresentadas em seu relatório final, composto por 339 páginas. O documento, de caráter abrangente, aponta que tanto crianças quanto adultos enfrentam riscos crescentes relacionados ao meio aquático, decorrentes da geografia do estado — que conta com extensas zonas costeiras, rios e lagos — e da maior exposição a

eventos climáticos extremos e inundações. A legislação que criou a Comissão estabeleceu cinco objetivos principais. Para alcançá-los, o grupo formulou mais de 190 recomendações voltadas à criação de uma cultura de segurança aquática que seja unificada, multifacetada e centrada na equidade. Propõe-se, ainda, a criação de um Escritório de Segurança Aquática do Estado de Nova York, destinado a coordenar as diversas agências e setores responsáveis por essa área. O relatório sugere soluções estratégicas de curto e longo prazo, incluindo a construção e modernização de infraestruturas de piscinas, a adoção de tecnologias avançadas, o aprimoramento de sistemas de alerta precoce para barragens e diques, campanhas de conscientização pública sobre proficiência e competência aquática, além de capacitação em atividades aquáticas para professores de educação física. Outras recomendações abordam a definição de idades padronizadas para o início da educação em segurança aquática, o estabelecimento de padrões de aprendizagem aquática, a atenção a populações vulneráveis ou com deficiência, a necessidade de dados, parcerias público-privadas comunitárias e a superação de lacunas na oferta de serviços para populações subatendidas ou com escassez de recursos. O documento também identifica diversos temas correlatos à segurança aquática — tais como zonas sujeitas a inundações, áreas afetadas por ressacas ou tempestades, regiões de baixa altitude, infraestruturas obsoletas (como barragens), estruturas costeiras de risco e perigos decorrentes de mudanças climáticas — que, embora relevantes, situam-se fora do escopo de atuação da Comissão.

INTRODUÇÃO

Abrangência do problema

Nos Estados Unidos, o afogamento é a principal causa de morte entre crianças de 1 a 4 anos e a segunda principal causa de morte na faixa etária de 5 a 14 anos (1). Embora a taxa de afogamentos acidentais — considerando todas as idades — entre os residentes do estado de Nova York seja relativamente baixa (1,09 por 100.000 habitantes), 761 pessoas morreram por afogamento no estado entre 2000 e 2024, o que coloca Nova York na quinta posição entre os estados com maior número de mortes por essa causa (2). Em comparação com crianças brancas não hispânicas, o risco de afogamento é 2,9 vezes maior entre crianças nativas do Havaí e das ilhas do Pacífico (não hispânicas), 1,9 vezes maior entre crianças afro-americanas e 1,5 vezes maior entre crianças indígenas americanas ou nativas do Alasca (2). Além disso, populações específicas — como pessoas com autismo, transtornos de saúde mental ou condições crônicas — apresentam um risco elevado de afogamento (3, 4). O número de mortes por afogamento é particularmente alto entre crianças menores de 15 anos com transtorno do espectro autista; estima-se que elas tenham uma probabilidade 160 vezes maior de morrer por afogamento do que outras crianças da mesma faixa etária (3).

Contexto ambiental

Os habitantes do estado de Nova York estão expostos a corpos hídricos de diversas formas. O estado de Nova York é circundado por 2.625 milhas (aprox. 4.225 km) de vias navegáveis costeiras; o estado possui território costeiro no Oceano

Atlântico e em dois dos Grandes Lagos: o Lago Erie e o Lago Ontário. Nova York conta com mais de 7.600 lagos, lagoas e reservatórios de água doce, além de mais de 70.000 milhas (aprox. 112.650 km) de rios e riachos (5, 6). Há 51 parques administrados pelo Departamento de Conservação Ambiental, 181 parques estaduais — incluindo as Cataratas do Niágara —, além de inúmeras piscinas municipais e parques aquáticos. Casos de afogamento infantil também ocorreram quando crianças tiveram acesso a banheiras, acúmulos de água da chuva e lagos ornamentais em residências. Durante a pandemia de Covid-19, o número de piscinas instaladas em quintais residenciais no estado de Nova York foi maior do que em qualquer período anterior (5, 6).

Diversos eventos climáticos resultaram em afogamentos de crianças e adultos, ocorridos em porões residenciais inundados, rodovias e residências em áreas costeiras (7, 8). A comunicação durante esses eventos é um desafio, visto que cerca de 30% dos habitantes do estado de Nova York falam um idioma diferente do inglês em casa, e mais de 2,5 milhões de pessoas apresentam proficiência limitada no idioma (5). Eventos climáticos, como o furacão Ida em 2021, causaram 13 mortes diretas — 11 das quais por afogamento em porões residenciais na cidade de Nova York (7). Inundações repentinas e inesperadas na cidade de Nova York, em 2025, resultaram em mais duas mortes em porões (8). Tais óbitos afetaram, de forma desproporcional, famílias imigrantes e de baixa renda (7, 8). Entre as famílias com renda inferior a 50 mil dólares, 79% das crianças possuem pouca ou nenhuma habilidade de natação (3–5, 7).

Contexto organizacional

A abordagem à segurança na água varia entre as diferentes regiões do NYS. Em dezembro de 2025, três órgãos estaduais do NYS atuavam na autorização e na operação de instalações aquáticas: (1) Departamento de Saúde do Estado de Nova York; (2) Departamento de Conservação Ambiental do Estado de Nova York; e (3) Escritório de Parques, Recreação e Preservação Histórica do Estado de Nova York. A necessidade de desenvolver uma abordagem coesa e colaborativa para a segurança na água no NYS levou à aprovação de uma legislação voltada a suprir lacunas, bem como a aprimorar e modernizar a estratégia do Estado para a prevenção de afogamentos (5).

Criação da comissão sobre afogamentos do NYS

Oficialmente denominada "Comissão Temporária do Estado de Nova York para a Prevenção de Afogamentos Infantis" (NYS Drowning Commission), a comissão foi estabelecida em dezembro de 2021, por meio da aprovação dos projetos de lei A.7734, da Assembleia do Estado de Nova York, e S.7129, do Senado do Estado de Nova York. Os projetos de lei, apresentados pela deputada estadual Stacey Pheffer Amato e pelo senador

estadual Timothy M. Kennedy, foram sancionados pela governadora Kathy Hochul em 22 de dezembro de 2021. A governadora Hochul autorizou duas prorrogações — em junho de 2023 e em agosto de 2024 — para a continuidade dos trabalhos da comissão até dezembro de 2025. O relatório final das atividades da comissão foi publicado em outubro de 2025 (5). A criação da comissão demonstrou o compromisso do NYS em enfrentar a questão dos afogamentos infantis.

Composição da Comissão sobre Afogamentos do NYS

Os nove membros da comissão, nomeados por critérios políticos, apresentavam diversidade geográfica. O grupo incluía a presidente da Comissão sobre Afogamentos do NYS, oriunda de Mohawk Valley (Marrick McDonald, MS Ed, CAS); dois membros do oeste do estado de Nova York (Michael Switalski, MS; Kevin Clark, MS Ed); um do centro do estado (Brian Tobin, MS); um do norte do estado (Gwen McNamara, MSOL); e quatro da cidade de Nova York (Kaitlin Krause, BA; Casper Lassiter, MSW; Heidi Reiss; Kathryn Colglazier, BS). Os integrantes possuíam trajetórias variadas na área aquática, somando 307 anos de experiência acumulada em setores como o privado (com fins lucrativos), o sem fins lucrativos, a educação pública e o ensino superior (5).

Atividades da Comissão sobre Afogamentos do NYS

As atividades da Comissão sobre Afogamentos do NYS foram orientadas por cinco objetivos principais, conforme estipulado na legislação (Tabela 1) (5).

A Comissão de Afogamentos do Estado de Nova York (oficialmente intitulada Comissão Temporária do Estado de Nova York para Prevenir Afogamentos na Infância) foi estabelecida pela aprovação do projeto de lei A.7734 da Assembleia do Estado de Nova York e do projeto de lei S.7129 do Senado do Estado de Nova York. A legislação continha os seguintes cinco objetivos:

A. Determinar uma idade e/ou estágio de desenvolvimento infantil apropriados para que as crianças possam iniciar adequadamente as instruções de segurança na água e natação, e desenvolver padrões estaduais para tais instruções.

B. Investigar e avaliar a viabilidade e a eficácia de programas que incentivem pais e responsáveis a matricular crianças em aulas de segurança aquática e natação.

A Comissão de Afogamentos do Estado de Nova York (oficialmente intitulada Comissão Temporária do Estado de Nova York para Prevenir Afogamentos na Infância) foi estabelecida pela aprovação do projeto de lei A.7734 da Assembleia do Estado de Nova York e do projeto de lei S.7129 do Senado do Estado de Nova York. A legislação continha os seguintes cinco objetivos:

C. Desenvolver um plano abrangente para parcerias público-privadas entre o estado e centros comunitários, organizações sem fins lucrativos, instalações recreativas, instrutores de natação e outras partes interessadas relevantes, e expandir os recursos estaduais existentes, como parques e piscinas, para fornecer acesso a aulas de natação gratuitas e determinar a viabilidade de tais programas.

D. Desenvolver um plano de implementação para garantir que os programas de segurança na natação estejam disponíveis em comunidades carentes.

E. Desenvolver um plano abrangente para uma campanha de conscientização pública a fim de garantir que pais e responsáveis recebam informações sobre a importância de as crianças receberem instruções básicas de segurança na água e natação.

Tabela 1. *Objetivos da Comissão sobre Afogamentos do Estado de Nova York (NYS).*

Para cumprir esses objetivos, os comissários realizaram mais de 53 reuniões de duas horas de duração e três reuniões de dia inteiro. Todos os encontros foram conduzidos em formato híbrido, a partir de um local público acessível e com a possibilidade de participação virtual via Webex. Especialistas locais e nacionais em segurança aquática foram convidados a abordar diversas questões relevantes para a melhoria da segurança na água e a prevenção de afogamentos no NYS. Além das 21 apresentações formalmente convidadas, um grande número de participantes — incluindo representantes do Departamento de Saúde do Estado de Nova York, do Departamento de Parques, Recreação e Preservação Histórica do Estado de Nova York, acadêmicos e especialistas locais em atividades aquáticas e segurança — compareceu às sessões quinzenais, oferecendo comentários e respondendo a perguntas

dos comissários. Ao final de cada uma dessas reuniões quinzenais, abriu-se espaço para contribuições do público. Adicionalmente, foram realizadas reuniões comunitárias regionais para coletar opiniões e sugestões da população sobre questões relacionadas à segurança aquática e aos afogamentos em seus respectivos bairros. Embora o foco da Comissão de Prevenção de Afogamentos do NYS fosse a prevenção de afogamentos infantis, as sessões abordaram questões relacionadas a afogamentos em todas as faixas etárias (5, 6). Algumas das principais recomendações contidas no relatório de 339 páginas da Comissão estão apresentadas na Tabela 2.

Estrutura Organizacional
• Criar um escritório central estadual de segurança hídrica
• Criar uma rede consultiva estadual
• Desenvolver um banco de dados estadual que registre dados sobre as características de incidentes de afogamento fatal, não fatal e quase afogamento.
• Identificar as barreiras que impedem a melhoria da segurança na água
• Avançar na pesquisa sobre prevenção de afogamentos
• Legislar para que os salva-vidas sejam classificados como socorristas.
• Desenvolver um plano abrangente para parcerias público-privadas
Instalações/Equipamentos
• Ampliar as instalações e o acesso ao treinamento em segurança aquática em bairros com recursos limitados.

Estrutura Organizacional

- Construir piscinas para aumentar o acesso ao treinamento em segurança aquática

- Aumentar o acesso a equipamentos de segurança em praias e corpos d'água naturais.

- Proteger a infraestrutura aquática pública existente, impedindo o fechamento e a reutilização de piscinas.

- Instale sinalização clara em vários idiomas perto de molhes, quebra-mares e paredões para explicar os perigos de correntes de retorno, refluxo e ressaca.

Educação/Padrões

- Estabelecer uma idade para iniciar o treinamento de segurança na água para todas as crianças.

- Desenvolver um currículo para integrar a educação aquática para os anos iniciais do ensino fundamental e médio (K-12).

- Ampliar o treinamento em segurança aquática no ensino superior

- Instituir um requisito obrigatório de natação nas faculdades

- Criar cursos de especialização e áreas de concentração em segurança aquática no ensino superior

- Ampliar o número de salva-vidas por meio de treinamento mais acessível e econômico.

- Identificar e atender às necessidades de populações carentes, desassistidas, diversas e com necessidades

Estrutura Organizacional
especiais.
• Reforçar a educação sobre segurança náutica e segurança no gelo para prevenir afogamentos.
• Desenvolver programas de divulgação, educação e promoção da segurança na água em vários idiomas.
• Criar incentivos tangíveis para que as pessoas participem de aulas de natação.
Riscos de afogamento relacionados ao clima e ao meio ambiente
• Identificar áreas suscetíveis a riscos de afogamento associados às mudanças climáticas
• Aprimorar o sistema de alerta precoce para barragens e diques
• Integrar ferramentas tecnológicas avançadas, como drones, sonar, vigilância por IA, alarmes e bóias controladas remotamente, para melhorar a segurança na água e a resposta a emergências.
• Desenvolver estratégias de mitigação de riscos de afogamento relacionados a inundações, incluindo alarmes de água para apartamentos em porões em áreas sujeitas a inundações.

Tabela 2. *Principais recomendações selecionadas do Relatório da Comissão sobre Afogamentos do NYS.*

Escritório de Segurança Aquática

Uma das principais recomendações da Comissão sobre Afogamentos do NYS é a criação de um Escritório de Segurança Aquática (Tabela 2). O Escritório de Segurança Aquática proposto funcionaria como um centro de coordenação para

estabelecer padrões consistentes, abordar riscos à segurança aquática — tanto os já existentes quanto os emergentes — para residentes e visitantes, e oferecer um espaço para transparência e colaboração entre agências, setores e diferentes segmentos da sociedade. A criação de grupos de trabalho para colaborar em atividades de segurança aquática e mitigar problemas à medida que surgem aumentaria a capacidade do estado de enfrentar os desafios impostos por milhares de quilômetros de costa, pelas crescentes necessidades de resiliência climática, pela intensificação de eventos meteorológicos e pelos perigos em ambientes aquáticos, tanto na costa quanto em águas abertas (5).

O Escritório de Segurança Aquática facilitaria a realização de eventos educativos e coordenaria ações com parceiros para desenvolver e oferecer programas voltados a diversos públicos, promovendo a conscientização e o treinamento em segurança aquática. Um dos objetivos do Escritório seria promover a proficiência e a competência aquática, bem como o conhecimento sobre o ambiente aquático e a percepção de riscos situacionais (5, 9). O Escritório de Segurança Aquática apoiaria o NYS na adaptação a riscos em constante evolução, incluindo o aprimoramento da coleta, integração e armazenamento de uma base de dados abrangente sobre afogamentos fatais, quase-afogamentos e características geográficas — como a localização de residências e áreas com atributos associados a um alto risco de afogamento. Propõe-se uma estrutura estratégica que aprimorará a colaboração entre as partes interessadas no que diz respeito à prevenção de afogamentos, envolvendo entidades como a Rede Consultiva de Agências Estaduais (Statewide Agency Advisory Network), o Grupo de Profissionais da Área Aquática e Representantes da Comunidade, e a Plataforma de Recursos de Segurança Aquática de Nova York (New York Water Safety Resource Platform) (5).

Rede consultiva estadual

Para otimizar a discussão, a regulamentação e a priorização das necessidades relacionadas à segurança na água em todo o estado, a Comissão de Prevenção de Afogamentos do NYS recomenda a criação de uma Rede Consultiva estadual. Essa rede seria composta por representantes do Departamento de Saúde, do Departamento de Conservação Ambiental, do Escritório de Parques, Recreação e Preservação Histórica, além de instituições de ensino, líderes comunitários, partes interessadas e outros atores relevantes. Por meio de um trabalho colaborativo, a Rede Consultiva auxiliaria no desenvolvimento e no alinhamento de um conjunto unificado de normas, regulamentos e prioridades estratégicas voltadas para questões aquáticas e temas relacionados a afogamentos e à segurança na água no NYS (5).

Grupo de Profissionais da Área Aquática e Partes Interessadas da Comunidade

O Escritório de Segurança na Água (Office of Water Safety) facilitaria a formação de um "Grupo de Profissionais da Área Aquática e Partes Interessadas da Comunidade", servindo como um fórum para o engajamento de profissionais que atuam com segurança na água e da comunidade ligada a atividades aquáticas. Esse grupo trabalharia em conjunto com o Escritório de Segurança na Água para organizar reuniões virtuais periódicas, visando o compartilhamento de informações essenciais, a discussão de questões relacionadas a dados, a colaboração em iniciativas de segurança na água e o planejamento de um simpósio estadual anual sobre o tema. O simpósio anual funcionaria como um evento de integração em nível estadual, um espaço para o compartilhamento de melhores práticas e avanços científicos recentes, e um canal para debater questões emergentes relacionadas à segurança na água.

Integração de tecnologia avançada para promover a segurança na água

O NYS enfrenta riscos crescentes decorrentes de eventos climáticos, incluindo ressacas costeiras, inundações repentinas e correntes de retorno. A Comissão de Prevenção de Afogamentos do NYS recomenda que o estado invista e implemente tecnologias avançadas de monitoramento e resgate em diversos ambientes de risco — como praias, rios e zonas sujeitas a inundações, bem como áreas urbanas e do interior propensas a alagamentos (5). Entre as ferramentas tecnológicas recomendadas, destacam-se: alarmes contra inundações em porões, boias controladas remotamente, sistemas de monitoramento baseados em inteligência artificial, alarmes para piscinas, mapeamento colaborativo de inundações, equipamentos portáteis de respiração, sonar, drones subaquáticos e o aprimoramento de sistemas de alerta precoce para barragens e diques (5).

Plataforma de recursos sobre segurança na água no Estado de Nova York

Com o objetivo de centralizar informações e torná-las acessíveis a todos os habitantes do estado, a Comissão de Prevenção de Afogamentos recomenda que o Escritório de Segurança na Água (Office of Water Safety) crie uma plataforma online. O objetivo é disseminar conteúdos sobre educação em segurança na água, aulas de natação e outros recursos que promovam a competência aquática, tanto em nível comunitário quanto organizacional. A plataforma também disponibilizaria dados consolidados sobre afogamentos e lesões relacionadas à água, aumentando a transparência e facilitando o acesso a informações essenciais para a redução desses incidentes (5). O Escritório de Segurança na Água coordenaria uma ampla gama de iniciativas educativas voltadas tanto para profissionais quanto para o público em geral.

Educação de bebês e crianças

A Comissão sobre Afogamentos adotou as melhores práticas de organizações de ensino de natação reconhecidas nacionalmente, as quais indicam que aulas de orientação aquática e de natação podem começar a partir de um ano de idade, com a presença de um dos pais, responsável ou cuidador (5, 10). As recomendações da Academia Americana de Pediatria (American Academy of Pediatrics) apontam que as aulas de orientação aquática podem ter início já aos seis meses de idade (10).

Educação da pré-escola ao ensino médio (K-12)

A Comissão sobre Afogamentos do NYS recomenda o desenvolvimento de um currículo para orientar a integração da educação aquática para alunos desde a pré-escola até o ensino médio (K-12). Isso inclui a recomendação de tornar obrigatória a educação sobre segurança aquática — realizada fora da água — nos distritos escolares que abrangem esses níveis de ensino. Recomenda-se o acesso universal ao ensino de natação, incluindo a expansão do programa "Aprender a Nadar" (Learn-to-Swim) das escolas públicas da cidade de Nova York, que atualmente exige que alunos do segundo ano do ensino fundamental recebam uma formação básica voltada ao desenvolvimento de habilidades. Recomenda-se que o programa seja estendido a todas as séries do ensino fundamental e que uma disciplina eletiva sobre segurança aquática seja oferecida aos alunos do ensino médio (5).

Ensino superior

Todos os estudantes universitários no Estado de Nova York deveriam ser obrigados a demonstrar capacidade de nadar, seja por meio da aprovação em uma disciplina de natação ou da realização de um teste de natação. A Comissão sobre Afogamentos do Estado de Nova York recomenda diversas ações voltadas ao aprimoramento dos padrões dos instrutores e professores de atividades aquáticas no ensino superior. Aqueles que ministram educação aquática em instituições de ensino superior devem possuir formação, certificação ou experiência no ensino dessa área. O treinamento em gestão de atividades aquáticas deve ser incorporado aos requisitos de graduação ou certificação para cursos de administração escolar e áreas correlatas. Estudantes de graduação em Educação Física devem receber educação formal sobre como ensinar atividades aquáticas e possuir uma competência básica em natação, equivalente à certificação de Instrutor de Natação Básico da Cruz Vermelha Americana (American Red Cross), do YMCA (nível V6) ou equivalente (5). Faculdades e universidades devem ser incentivadas a criar subespecializações ou ênfases em atividades aquáticas dentro dos programas de formação de professores (Tabela 2).

Padrões para instrutores de natação

A Comissão sobre Afogamentos recomenda que todos os instrutores de natação possuam certificação, experiência

ou treinamento padronizado, e que passem por uma verificação de antecedentes antes de ministrar aulas de natação. Os instrutores devem ser capacitados, certificados ou possuir experiência equivalente à de um Instrutor Básico de Natação da Cruz Vermelha Americana (American Red Cross) ou de um Instrutor de Natação V6 da YMCA (5). Recomendações relacionadas a conhecimentos e habilidades aquáticas padronizadas podem ser consultadas no relatório da Comissão sobre Afogamentos do NYS (5).

Acesso à educação em segurança aquática com incentivos à participação

Para enfrentar a baixa adesão às aulas de natação em comunidades com recursos limitados, recomenda-se a implementação de diversos incentivos que facilitem a participação de pais e responsáveis (5). Especialmente nessas comunidades, deve-se providenciar, conforme necessário, o acesso a itens essenciais para a prática — como traje de banho, touca, óculos de natação e, se desejado, uma camiseta ou vestimenta culturalmente apropriada para uso na piscina. Outros incentivos incluem a oferta de cuidados gratuitos para irmãos durante as aulas, bem como a ampliação dos horários das atividades, incluindo períodos noturnos e fins de semana, para se adequar à rotina de trabalho dos responsáveis. Entre os possíveis incentivos, destacam-se auxílios financeiros, vales-presente, passes de transporte, refeições ou descontos em serviços locais para famílias e indivíduos que se matricularem e/ou concluírem as aulas de natação. Outras formas de incentivo englobam vales para atividades complementares de educação em segurança aquática, além do uso de elementos que reconheçam o progresso, como distintivos, certificados, adesivos e/ou reconhecimento público. A Comissão sobre Afogamentos do NYS recomenda a colaboração com autoridades locais para desenvolver soluções de transporte, conforme a necessidade (5). O levantamento de informações sobre os obstáculos que impedem a participação nas aulas de natação pode auxiliar na criação de uma estrutura de incentivos mais eficaz.

Dados

O NYS dispõe de diversas fontes de dados epidemiológicos sobre afogamentos e quase-afogamentos; contudo, essas informações não estão concentradas em um único órgão, nem reunidas em um conjunto de dados analíticos acessível. É necessária uma abordagem coordenada em nível estadual para desenvolver um sistema abrangente, capaz de subsidiar a tomada de decisões relacionadas a iniciativas de segurança na água (5, 11). Os desafios atuais incluem a dispersão de dados — armazenados em bases distintas, frequentemente sob a responsabilidade de diferentes organizações — e a utilização de formulários de coleta de dados que variam entre os diversos órgãos e instituições (5).

Além das questões históricas persistentes relacionadas à segurança na água, a

Comissão de Prevenção a Afogamentos do NYS reconhece que o estado, assim como muitas outras unidades da federação, enfrenta uma exposição crescente a eventos climáticos extremos e inundações (5). Existem lacunas nos dados necessários para abordar barreiras linguísticas e a vulnerabilidade de moradias a inundações decorrentes de condições climáticas extremas (5).

Atualmente, existem dados sobre afogamentos ou quase-afogamentos provenientes de diversas fontes: internações hospitalares e atendimentos em prontos-socorros, serviços de emergência médica, institutos médico-legais, certidões de óbito, serviços de saúde escolar, centros de atendimento de urgência, Guarda Costeira, patrulhas de praia, o Departamento de Conservação Ambiental, o Departamento de Parques, Recreação e Preservação Histórica, entre outros. Os dados sobre atendimentos de saúde são protegidos por leis federais de privacidade do paciente, que impedem a divulgação pública ou a publicação de informações em nível individual que permitam a identificação de pessoas. Por isso, é fundamental manter a base de dados central sobre afogamentos — que contém tais informações — protegida por um sistema de segurança robusto (firewall) (5). A Comissão de Prevenção a Afogamentos do NYS recomenda a criação de uma plataforma única e segura para armazenar dados protegidos pela Lei de Portabilidade e Responsabilidade de Seguros de Saúde (HIPAA). Uma vez integrados, tratados e armazenados em um ambiente seguro, esses dados poderão ser utilizados para elaborar e divulgar relatórios públicos consolidados. Tais relatórios servirão de base para intervenções contra afogamentos, avaliação da eficácia de programas e estratégias de mitigação de riscos, sempre em conformidade com as leis federais que preservam a privacidade dos pacientes (5).

Além dos registros de afogamentos ou quase-afogamentos em nível individual, são necessários dados sobre fatores de risco, tais como características da costa, instalações com piscinas, certificações de salva-vidas, condições ambientais, inundações, habitação e diversos outros fatores de risco ou de proteção. Atualmente, quando esses dados existem, encontram-se dispersos entre diferentes órgãos, tornando-os — ou o formato em que se apresentam — inacessíveis para o planejamento de políticas, programas e infraestruturas, tanto em nível estadual quanto comunitário. Como exemplo de uma característica habitacional aparentemente não relacionada, a moradia em apartamentos no subsolo continua sendo um fator de risco para afogamentos na cidade de Nova York. Na cidade de Nova York, 11 mortes por afogamento ocorreram em apartamentos no subsolo durante o furacão Ida, em 2021, e outras duas mortes semelhantes ocorreram em subsolos inundados por enchentes repentinas causadas por condições meteorológicas, em 2025. (7, 8)

Iniciativas legislativas recomendadas

As necessidades de dados e as recomendações poderiam ser atendidas mais rapidamente por meio de iniciativas legislativas. Atualmente, não existe um banco de dados acessível sobre apartamentos em subsolos sujeitos a inundações, nem a exigência de alarmes contra água nesses locais, que são suscetíveis a inundações causadas por tempestades. Se instalados em moradias propensas a inundações, esses dispositivos de baixo custo emitiriam um alerta, notificando os ocupantes e vizinhos caso a água comece a invadir o imóvel (5). Outras recomendações legislativas incluem classificar salva-vidas como profissionais de resposta a emergências e tornar obrigatória a instalação de placas de proibição de banho (natação) nas proximidades de molhes ou estruturas de contenção costeira. A implementação de um programa obrigatório de educação sobre segurança na água — que não exija, necessariamente, a entrada na água — nas escolas públicas (do ensino fundamental ao médio) beneficiaria a todos, sendo especialmente valioso para bairros com poucos recursos, onde não há fácil acesso a piscinas para aulas de natação (5). Entre as iniciativas de prevenção de afogamentos desenvolvidas com sucesso em resposta a um mandato legislativo do NYS, destaca-se a criação e a disponibilização de um vídeo informativo para novos pais, apresentado durante o período de internação da mãe. Esse material aumenta a conscientização sobre os riscos de afogamento entre pais de crianças pequenas — muitos dos quais possuem outros filhos em casa (12) .

Áreas desassistidas e com poucos recursos

As taxas de afogamento são desproporcionalmente altas em comunidades desassistidas e com poucos recursos. Outras recomendações abrangem a ampliação do acesso a programas de educação aquática e segurança na água — oferecidos em diversos idiomas — para crianças bem pequenas, alunos do ensino fundamental e médio, adultos, pais, responsáveis e cuidadores. As sugestões incluem identificar comunidades com poucos recursos, realizar ações de conscientização, educação e promoção nessas localidades, além de oferecer assistência financeira para tornar as aulas de natação mais acessíveis (Tabela 2) (5).

Outras recomendações

O relatório da Comissão de Prevenção de Afogamentos do NYS contém diversas recomendações relacionadas a equipamentos de segurança, segurança em embarcações, segurança no gelo, segurança em piscinas, estratégias de mitigação de riscos de afogamento associados a inundações e sinalização de segurança nas proximidades de molhes, espigões e muros de contenção (5).

Progresso nas iniciativas de prevenção de afogamentos

A escassez de instalações aquáticas acessíveis constitui um obstáculo significativo à implementação das iniciativas educativas da Comissão de

Prevenção de Afogamentos do NYS em áreas com poucos recursos, comunidades subatendidas e ambientes educacionais. A governadora Hochul garantiu US$ 150 milhões para o fortalecimento de capacidades em prevenção de afogamentos, distribuindo esses recursos por meio de uma primeira rodada de 37 subsídios, contemplando, no mínimo, uma iniciativa em cada região do estado (13). A governadora sancionou uma legislação que torna obrigatória a oferta de orientações sobre prevenção de afogamentos aos pais de recém-nascidos. Em cumprimento a essa iniciativa, o Departamento de Saúde do Estado de Nova York elaborou um breve vídeo informativo, disponibilizado aos pais em hospitais e centros de parto em todo o estado (12). Como parte desse esforço, a governadora Kathy Hochul apresentou, durante seu discurso anual sobre o estado do governo (State of the State Address), o programa "NY SWIMS" (Investimento Estadual em Mais Natação – Statewide Investment in More Swimming) (13). O foco principal da iniciativa SWIMS é a criação de mais infraestruturas voltadas para atividades aquáticas e a prática da natação.

Sumário

Para enfrentar os riscos à segurança relacionados à água — que são contínuos e estão em constante evolução —, a Comissão de Afogamentos do NYS recomenda um plano de ação unificado, multifacetado e centrado na equidade, que abrange diversos setores e ambientes com o objetivo de construir uma cultura de segurança na água. Este plano apresenta a primeira análise abrangente dos riscos de afogamento no NYS, considerando eventos climáticos e meteorológicos, regiões geográficas, contextos ambientais, características habitacionais, bem como populações com deficiência e grupos com recursos limitados.

Existem esforços em andamento para implementar as recomendações da Comissão de Afogamentos do NYS por meio de iniciativas legislativas, discussões com as partes interessadas e ações comunitárias. Em conjunto, essas medidas oferecem um plano de ação abrangente para tornar o Estado de Nova York um lugar mais seguro (14). A governadora Hochul observou, com muita propriedade, que “o acesso à natação não diz respeito apenas ao lazer; trata-se de uma questão de saúde pública e resiliência climática”.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nosso reconhecimento aos membros da Comissão sobre Afogamentos do NYS, às dezenas de palestrantes, aos colaboradores, aos órgãos estaduais de Nova York e ao público que contribuíram para a versão integral do relatório sobre afogamentos. O relatório completo e a relação dos diversos colaboradores encontram-se a partir da página 333 do Relatório Final:

https://www.ny.gov/sites/default/files/2025-10/Drowning_Commission_Report_2025.pdf.

ABREVIAÇÕES

NYS Drowning Commission - The NYS Temporary Commission to Prevent Childhood

HIPAA - Health Insurance Portability and Accountability Act

K-12 - Kindergarten through Twelfth Grade

NYS - New York State

NY SWIMS - New York Statewide Investment In More Swimming

WISQARS - Web-Based injury Statistics Query and Reporting System

FINANCIAMENTO

O financiamento parcial deste trabalho é fornecido pelo National Center for Injury Prevention and Control (Centro Nacional de Prevenção e Controle de Lesões), dos Centers for Disease Control and Prevention (Centros de Controle e Prevenção de Doenças), por meio de um auxílio concedido ao Columbia Center for Injury Science and Prevention (CCISP) (número do auxílio CE24-001, concessão nº 5R49CE003555).

REFERÊNCIAS

(1) CDC Drowning Prevention. Drowning Data. https://www.cdc.gov/drowning/data-research/index.html. Accessed 17 Mar 2026.

(2) CDC Web-Based injury Statistics Query and Reporting System (WISQARS). https://wisqars.cdc.gov. Accessed 19 Mar 2026.

(3) Xie K, Blanchard A, Chihuri S, Russell M, Ing C, DiGuiseppi C, Li G. Unintentional Drowning Incidents Involving Children with Autism Spectrum Disorder Treated in US Emergency Departments, 2016–2020. J Autism Dev Disord 2025 Mar 27:10.1007/s10803-025-06769-0. doi: 10.1007/s10803-025-06769-0.

(4) World Drowning Prevention Day. https://www.who.int/campaigns/world-drowning-prevention-day Accessed on 17 Mar 2026.

(5) The New York Temporary Commission to Prevent Childhood Drowning. Final Report. https://www.ny.gov/programs/temporary-commission-prevent-childhood-drowning Accessed 30 April 2026.

(6) The New York Temporary Commission to Prevent Childhood Drowning. https://www.ny.gov/temporary-commission-prevent-childhood-drowning/commission-meetings

(7) Haag A, Bromwich H, Negret LM, Blackburn J, Barrios LC. Immediate injury deaths related to the remnants from Hurricane Ida, New York City, September 1–2, 2021. Disaster Med Public Health Prep. 2024;18(e152):1–9.

(8) Meredith D. Griffin Melissa and Gewecke Kenton. Two dead after heavy rain brings intense flooding to New York City: Two men died in flooded basements in separate incidents. https://abcnews.com/US/submerged-vehicles-flooded-subways-new-york-city-

record/story?id=127038674 accessed 04/28/2026.

(9) Stallman RK, Moran DD, Quan L, Langendorfer SD. (2017) From Swimming Skill to Water Competence: Towards a More Inclusive Drowning Prevention Future. Int J Aquat Res Educ 10: No. 2(3):1–35.

(10) American Academy of Pediatrics. Swim Lessons: When to Start & What Parents Should Know. https://www.healthychildren.org/English/safety-prevention/at-play/Pages/Swim-Lessons.aspx Accessed 01 May 2026.

(11) Shenoi RP, Levine N, Camp EA, Nguyen L, McKay S, Zaman S. Lessons learned in a data linkage project on fatal drowning. Inj. Epidemiol. (2026). 10.1186/s40621-026-00660-x.Accessed 17 Mar 2026.

(12) New York State Department of Health. Drowning Prevention & Water Safety for Children and Teens video https://www.health.ny.gov/prevention/injury_prevention/drowning_prevention.htm Albany, NY. Accessed April 30, 2026.

(13) Ahead of Memorial Day Weekend. Governor Hochul Announces Investments to Keep New Yorkers Safe in the Water Through NY SWIMS Initiative. 23 May 2024. Albany, NY. Accessed April 30, 2026.

(14) Governor Hochul'. s 2024 State of the State: Our New York, Our Future. https://www.governor.ny.gov/news/governor-hochuls-2024-state-state-our-new-york-our-future. 09 January 2024. Albany, NY. Accessed April 30, 2026.

NOTAS

[a] *Artigo adaptado e traduzido para o português pelos editores de NADAR! SWIMMING MAGAZINE para republicação, conforme normas de submissão do perió dico. Versão original em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC13188383/ LICENÇA ORIGINAL E DA ADAPTAÇÃO: Attribution 4.0 International CC BY 4.0. https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/.*

